



2ª ETAPA PLS.
CM

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

XV CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, PREVIDÊNCIA SOCIAL, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO, DIREITO CIVIL - PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES - E DIREITO COMERCIAL.

I N S T R U Ç Õ E S

- I - Verifique se este caderno de prova contém 50 questões.
 - II - Assinale somente a alternativa que entender correta.
 - III - Conforme determinação do E. Tribunal Superior do Trabalho, na Resolução Administrativa nº 73/91, em seu artigo 15 - § 2º, as questões terão o mesmo valor, sendo considerado aprovado o candidato que acertar pelo menos 50 (cinquenta) questões nas duas etapas.
 - IV - Use somente caneta esferográfica azul.
 - V - Não rubrique, nem assine a prova.
 - VI - Faça rascunho nas folhas de questões. Passe nas folhas de respostas, sem rasura.
- DURAÇÃO DA PROVA: 04 horas

B O A S O R T E !

COMISSÃO DE CONCURSO

- MM. Juiz Dr. JOSÉ VICTORIO MORO - Presidente
- MM. Juiz Dr. JAMIL ZANTUT
Dr. CÁSSIO DE MESQUITA BARROS JÚNIOR - Membro da OAB
- MM. Juiz Dr. GERALDO PASSINI - Suplente de Juiz
Dr. MILTON BASAGLIA - Suplente da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA

- MM. Juiz Dr. JOSÉ SERSON
- MM. Juiz Dr. ARGEMIRO GOMES
Dr. ROBERTO MEHANNA KHAMIS - Membro da OAB
- MM. Juíza Dra. MARIA APARECIDA PELLEGRINA - Suplente de Juiz
Dr. PAULO DE OLIVEIRA SOARES - Suplente da OAB

- 1) A praça deve ser antecedida, no processo trabalhista, por um edital com prazo mínimo de
 - a) 15 dias ()
 - b) 20 dias ()
 - c) 30 dias ()

- 2) O reclamante pediu adicional de insalubridade alegando que o serviço era por demais frio. O perito informa no laudo que a temperatura do local de trabalho não torna insalubre o serviço, mas o barulho sim. A Junta deve julgar
 - a) que o reclamante é carecedor da ação ()
 - b) que a ação é improcedente ()
 - c) que a ação é procedente ()

- 3) É vedada a dispensa de empregado sindicalizado
 - a) desde quando se candidata a cargo de diretor da entidade sindical ()
 - b) desde quando vence a eleição para cargo de diretor da entidade sindical ()
 - c) desde quando toma posse do cargo de diretor da entidade sindical ()

- 4) O período normal de descansos para a mulher empregada amamentar seu próprio filho, previsto na legislação trabalhista, se estende até quando a criança completa
 - a) 6 meses de idade ()
 - b) 9 meses de idade ()
 - c) 12 meses de idade ()

- 5) O desconto da contribuição sindical é calculado sobre
 - a) a jornada normal sem horas extras ()
 - b) a jornada normal mais as horas extras habituais ()
 - c) a jornada normal mais horas extras mesmo inabituais ()

- 6) Repouso intrajornada remunerado, dos empregados que trabalham em câmaras frigoríficas, é de
 - a) 20 minutos após cada 100 minutos de trabalho ()
 - b) 15 minutos após cada 105 minutos de trabalho ()
 - c) 10 minutos após cada 90 minutos de trabalho ()

- 7) Ação trabalhista visando adicional de periculosidade, movida por sindicato como substituto processual
 - a) não pode ser processada, por motivo de ilegitimidade de parte ()
 - b) pode ser processada em benefício de todos os empregados da reclamada, mesmo não associados do sindicato ()
 - c) pode ser processada em benefício exclusivo dos empregados da reclamada que sejam associados do sindicato ()

- 8) A lei processual trabalhista prevê que a arrematação é feita
 - a) pelo valor mínimo da avaliação, não corrigido ()
 - b) pelo valor mínimo da avaliação, corrigido ()
 - c) pelo maior lance, sem valor mínimo ()

- 9) A legislação brasileira prevê que, sendo o salário ajustado por tarefa, a garantia de salário mínimo é considerada
 - a) por hora trabalhada ()
 - b) por dia trabalhado ()
 - c) por mês trabalhado ()

- 10) Aviso prévio indenizado. Demissão em 20-6, contando tempo de serviço até 19-7. Em julho, o salário-família desse empregado é
 - a) proporcional aos dias compreendidos no aviso prévio indenizado ()
 - b) integral ()
 - c) indevido ()

45.51
GM

- 11) Empregado falecido com um ano e seis meses e um dia de serviço
 - a) paga-se um período inteiro e mais 6/12 de férias proporcionais ()
 - b) paga-se apenas um período de férias simples ()
 - c) pagam-se dois períodos de férias inteiras ()

- 12) Acidente ocorrido no trajeto residência-trabalho. A empresa deve pagar
 - a) o dia do acidente mais os 15 primeiros dias de afastamento ()
 - b) só os primeiros 15 dias de afastamento seguintes ao do acidente ()
 - c) o dia do acidente não trabalhado mais os 14 dias seguintes de afastamento ()

- 13) Embargos de declaração, perante a Junta de Conciliação e Julgamento
 - a) podem entrar em 48 horas ()
 - b) podem entrar em 5 dias ()
 - c) podem entrar em 3 dias ()

- 14) Embargos à execução. Cabem no prazo de
 - a) 5 dias após a sentença de liquidação ()
 - b) 5 dias após a penhora ()
 - c) 5 dias após a praça ()

- 15) Empregado demitido por ter-se apropriado de numerário pertencente à empresa; a falta grave tem nome específico:
 - a) mau procedimento ()
 - b) prevaricação ()
 - c) improbidade ()

- 16) O acerto final de diferenças de 13º deve ser feito até
 - a) 30 de dezembro ()
 - b) 31 de dezembro ()
 - c) 10 de janeiro ()

- 17) O contrato de trabalho temporário tem por limite normal
 - a) 3 meses ()
 - b) 6 meses ()
 - c) 12 meses ()

- 18) Na metade final da aprendizagem, o menor recebe, pelo menos
 - a) dois-terços do salário mínimo ()
 - b) três-quartos do salário mínimo ()
 - c) salário mínimo inteiro ()

- 19) O arrematante deve garantir o lance com sinal-igual a pelo menos
 - a) metade do valor ()
 - b) 30% do valor ()
 - c) 20% do valor ()

- 20) Uma das três afirmativas abaixo está certa. Assinalar.
 - a) A gorjeta integra o cálculo do aviso prévio indenizado ()
 - b) A gorjeta integra o cálculo da indenização adicional ()
 - c) A gorjeta integra o cálculo da contribuição previdenciária ()

9/5.51
Om

- 21) A União tem competência residual
a) sempre que houver interesse geral ()
b) sempre que não houver conflito com a competência dos Estados Federados ()
c) em matéria tributária ()
- 22) A emenda constitucional é promulgada
a) pelo Presidente da República, como todas as leis ()
b) dentro do Poder Constituinte originário, face à sua natureza ()
c) pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ()
- 23) Cabe mandado de segurança contra a omissão da autoridade?
a) não, posto que cabível mandado de injunção ()
b) não, porque incabível contra lei em tese ()
c) sim, se a omissão ofender direito líquido e certo ()
- 24) A competência normativa da Justiça do Trabalho afeta algum princípio constitucional?
a) sim, o da separação dos poderes ()
b) não, na medida em que a outorga é da tradição do direito laboral ()
c) sim, representa uma exceção ao princípio da indelegabilidade de poderes ()
- 25) O foro competente, no Brasil, para o empregado de embaixada estrangeira reclamar indenização trabalhista será
a) o do juízo federal comum ()
b) o da Justiça do Trabalho ()
c) necessariamente o do juízo arbitral ()
- 26) Havendo conflito entre lei brasileira e disposição contida em tratado internacional, que lhe seja anterior, é de se concluir
a) que a lei superveniente revoga o tratado ()
b) que o tratado só perde eficácia quando denunciado ou tem o seu tempo de vigência prefixado vencido ()
c) que o tratado somente perderia eficácia se a lei que o contrariasse fosse vigente antes do seu ingresso no mundo jurídico ()
- 27) Se o ato ou negócio jurídico não corresponde na realidade a qualquer relação verdadeiramente estabelecida, não existindo intenção de realizar ato algum, está presente qual defeito do ato jurídico?
a) erro ()
b) fraude ()
c) simulação ()
- 28) Decadência é
a) causa de extinção mediata e indireta de direitos ()
b) causa de extinção direta e imediata de direitos ()
c) causa de extinção mediata e direta de direitos ()
- 29) A constituição de nova obrigação para extinguir e substituir a anterior denomina-se
a) compensação ()
b) transação ()
c) novação ()
- 30) Nas obrigações provenientes de delito considera-se o devedor em mora
a) a partir do trânsito em julgado da sentença proferida contra ele ()
b) a partir da citação em ação a ele ajuizada ()
c) desde o momento em que perpetrado o delito ()

45.516
cm

- 31) A mulher casada sob o regime da comunhão absoluta de bens quer exercer a profissão de comerciante
- a) depende de autorização do marido ()
 - b) independe de autorização do marido ()
 - c) depende de autorização judicial ()
- 32) A responsabilidade dos sócios de sociedade comercial de fato é
- a) limitada ao valor do capital social ()
 - b) ilimitada e solidária ()
 - c) ilimitada e subsidiária ()
- 33) O art. 335, V do Código Comercial dispõe:
As sociedades reputam-se dissolvidas:
V - por vontade de um dos sócios, sendo a sociedade celebrada por tempo indeterminado.
Indique a alternativa certa, a seguir.
O sócio minoritário de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com previsão contratual de retirada, pode
- a) pedir a dissolução da sociedade ()
 - b) pedir a exclusão dos sócios majoritários ()
 - c) pedir a dissolução parcial da sociedade e apuração de seus haveres ()
- 34) O estabelecimento comercial não compreende
- a) fundo de comércio, nome comercial, clientela ()
 - b) nome comercial, ponto comercial e contratos ()
 - c) ponto comercial, créditos, nome comercial ()
- 35) A venda de imóvel feita pelo devedor (depois falido) dentro do termo legal de falência é considerada
- a) nula ()
 - b) anulável ()
 - c) ineficaz ()
- 36) O síndico, ao arrecadar os bens do falido, não incluirá
- a) os bens de propriedade do falido ()
 - b) os bens na posse do falido ()
 - c) os bens impenhoráveis ()
- 37) Havendo conexão de ações que correm em separado perante juízes que têm a mesma competência territorial, será competente para o julgamento
- a) o juiz daquela que foi distribuída em primeiro lugar ()
 - b) o juiz daquela em que primeiro se procedeu à citação ()
 - c) o juiz que despachou em primeiro lugar ()
- 38) Cessa a intervenção do assistente
- a) sempre que o assistido venha a reconhecer a procedência do pedido, venha a desistir da ação ou a transigir sobre direitos controvertidos ()
 - b) somente se o assistido desistir da ação ()
 - c) somente se o assistido desistir da ação ou transigir sobre os direitos controvertidos ()
- 39) A confissão, quando emanada de erro, pode ser revogada
- a) por ação rescisória, se pendente o processo em que foi feita ()
 - b) por ação anulatória, somente após o trânsito em julgado da sentença, da qual constituir o único fundamento ()
 - c) nenhuma das alternativas anteriores ()
- 40) O julgamento conforme o estado do processo compreende
- a) julgamento antecipado da lide ()
 - b) extinção do processo sem julgamento do mérito, julgamento antecipado da lide ou saneamento do processo ()
 - c) extinção do processo sem julgamento do mérito ()

KLs 51A
CM

- 41) Se o juiz, no saneador, repele preliminar de litispendência, deixando o réu de agravar da decisão
- a) ocorre preclusão ()
 - b) ocorre perempção ()
 - c) não se faz presente qualquer desses fenômenos ()
- 42) Se o juiz releva a pena de deserção, restituindo ao apelante o prazo para efetuar o preparo, desse ato decisório
- a) cabe reclamação ()
 - b) cabe agravo de instrumento ()
 - c) não cabe qualquer recurso ()
- 44) Citado para responder a ação de indenização intentada por proprietário de imóvel, o réu alega que praticou o ato por ordem de terceiro. Será caso de
- a) denunciação da lide ()
 - b) nomeação à autoria ()
 - c) chamamento ao processo ()
- 45) O Judiciário, ao examinar a legalidade de um ato administrativo discricionário quanto ao motivo
- a) tem ampla liberdade, podendo examinar o ato inclusive quanto à conveniência ()
 - b) fica restrito à legalidade, mas pode descer ao exame dos motivos, examinando, inclusive, a proporcionalidade entre a sua causa e o seu objeto ()
 - c) encontra limites, demarcados justamente pela circunstância de o ato não ser vinculado ()
- 46) A responsabilidade administrativa do servidor público é afastada
- a) em caso de absolvição criminal ()
 - b) em caso de absolvição criminal calcada na falta de prova quanto ao fato ()
 - c) em caso de absolvição que negue a existência do fato ou sua autoria ()
- 47) O processo administrativo disciplinar poderá ser revisto
- a) após dois anos, contados de seu encerramento, somente a pedido e somente quando se aduzirem fatos novos que revelem, claramente, a inocência do punido ()
 - b) após dois anos, contados de seu encerramento, somente de ofício e somente quando chegar ao conhecimento da autoridade administrativa fatos que revelem, claramente, a inocência do punido ()
 - c) a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada ()
- 48) O crime de denunciação caluniosa ocorre
- a) quando se atribui a alguém infração penal inexistente ()
 - b) provoca a ação da autoridade policial, comunicando-lhe a ocorrência de crime inexistente ()
 - c) o agente acusa-se perante a autoridade policial de crime inexistente ()
- 49) A atenuante da menoridade (CP, art. 65, I), não se aplica ao
- a) casado ()
 - b) portador de diploma universitário ()
 - c) maior de 21 anos na data do crime ()
- 50) Os crimes contra a honra são considerados qualificados, quando
- a) praticados contra ascendente, descendente, cônjuge ou irmão ()
 - b) com abuso de poder ou violação de dever inerente ao cargo ()
 - c) contra funcionário público no exercício de suas funções ()